



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17235 - Resumo Expandido - Trabalho - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)  
 ISSN: 2595-7945  
 GT 08 - Formação de Professores

**APROPRIAÇÕES E TRADUÇÕES DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EM MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO**  
 Mônica Nickel - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo  
 Diego D' Avila Fernandes Oliveira - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo  
 Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes)

### **APROPRIAÇÕES E TRADUÇÕES DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EM MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO**

Neste trabalho, vinculado ao “Inventário das Políticas de Formação Continuada no Estado do Espírito Santo” com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), objetivamos investigar as maneiras de fazer a formação continuada de professores, as traduções e apropriações realizadas pelos gestores de formação nos municípios do Espírito Santo.

Consideramos o lugar ocupado e o espaço praticado por estes gestores nas Secretarias Municipais de Educação (Semes) com os seguintes eixos de discussão: a) função gestora entre o lugar e o espaço da formação continuada: identidade dos gestores de formação continuada (GFC) e o lugar da formação continuada nos municípios; b) formação pelo trabalho: dialogamos sobre as ações do gestor de formação e grau de influência para a efetivação da política de formação continuada de professores; e, c) traduções da política de formação continuada de professores: os modos de oferta, os desdobramentos na vida profissional e as implicações para o contexto escolar.

Utilizamos uma abordagem quanti-qualitativa em nossa pesquisa exploratória, com a produção de um *survey* aos GFC's das 78 Semes, com retorno de 62, e entrevista do tipo

compreensiva numa subamostra representativa de 10 municípios entre o mais e menos populosos das macrorregiões do Estado e a capital Vitória.

A partir de Certeau (2014), consideramos que as Semes se constituem como lugar próprio onde se manifestam as relações de poder e, estando o GFC num não-lugar, realiza táticas e bricolagens por meio de traduções (Ball, 2011) para que as propostas formativas advindas de agentes externos se alinhem aos objetivos internos, sendo manifestadas por diferentes efeitos (Mainardes, 2019).

Considerando a identidade docente dos GFC's, 95% são professores em cargos de gestão, nos apoiamos em Nóvoa (2002) e defendemos a formação como processo permanente com reflexões sobre a prática e a importância do professor ser protagonista deste processo de modo que a sua fala contribua para a construção de políticas de formação continuada e que estas reverberem na escola que é o lugar onde estas políticas se efetivam.

Quanto ao lugar ocupado pelos GFC's nas Semes, os dados do *survey* indicaram que 95% são professores e, destes, 80,6% possuem de 11 a 30 anos de experiência em educação nas funções de professor, pedagogo, diretor escolar, secretário de educação, entre outros. A nosso ver, essa diversidade traz significativas contribuições para o trabalho da gestão de formação, tanto no sentido de entender a necessidade dos professores, como também na proposição de mecanismos de efetivação das políticas de formação.

Apesar da significativa experiência em educação, o tempo de experiência como GFC é menor em relação ao tempo na Educação, pois em 85% das Semes este cargo é temporário e está atrelado ao período de uma gestão municipal. Além disso, em 82,3% dos municípios, o profissional responsável pelo trabalho formativo, acumula funções, lida com a rotatividade de professores, não possui disponibilidade de tempo e equipe para elaborar projetos próprios. Em 74% dos municípios este lugar não está consolidado. Ele é praticado, mas não está demarcado. Por último, em 48% dos municípios não há normativas legais de amparo ao trabalho formativo e 16% não souberam responder sobre a sua existência.

Depreendemos que os GFC's buscam maneiras de fazer (Certeau 2014) a formação continuada com o uso de adequações e traduções (Ball, 2011). Identificamos que os GFC's trabalham num espaço limitado de autonomia. Pela ausência do lugar próprio e para realização de formação continuada e o recebimento de recursos financeiros, estabelecem parcerias (em alguns municípios esta é a única forma de oferta) com os Governos Federal (36%) e Estadual (29%). Assim, programas advindos da demanda externa passam a ter maior atenção e integram as práticas municipais com as devidas traduções (Ball, Mainardes, (2011).

Quanto às políticas de formação continuada praticadas pelos municípios do Espírito Santo, 5% dos respondentes ainda não ofertavam a formação continuada aos professores, demonstrando fragilidade na execução da legislação educacional. Além disso, de acordo com a perspectiva de trabalho da Seme, há diferentes maneiras de fazer a formação continuada, sendo elas: parcerias com os Governos Federal e Estadual (conforme evidenciado

anteriormente); formações na escola; encontros coordenados por professores formadores; formação por área de conhecimento e etapas; encontros virtuais fora do horário de trabalho ou em horário de planejamento para os professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais; formações presenciais fora do horário de trabalho; formações com regularidade mensal, trimestral e quinzenal; formação em horário de trabalho, envolvimento dos professores nos processos formativos para a definição das temáticas, entre outras.

O diálogo com os GFC's apontou considerável investimento dos Governos Federal e Estadual na formação de Alfabetização em detrimento de grandes demandas na área da Educação, como por exemplo: a gestão; a coordenação pedagógica; os Anos Finais do Ensino Fundamental, obtendo resultados insatisfatórios nas avaliações externas em Língua Portuguesa e Matemática há anos; as turmas do 4º e 5º anos; a Educação Infantil e a Educação Especial, mostrando as “carências formativas” nos municípios que não são atendidas por nenhuma das instância de poder. Além disso, os GFC's denunciam as fragilidades dos professores advindas da formação inicial que, nem sempre, são superadas nas formações municipais, necessitando de projeto permanente, apoio e investimento contínuo das diferentes instâncias da gestão educacional.

No que tange ao protagonismo dos professores, ainda há fragilidade de sua participação, uma vez que executam o que alguém teorizou demonstrando um descompasso entre o que é pensando para a escola e o que este lugar necessita. Nesse contexto, afirmamos a necessidade de articulação sistemática das Semes com as escolas para ampliar os diálogos sobre as práticas de formação de modo que estejam coerentes com a realidade e as necessidades docentes.

Os resultados apontam a necessidade de criar e garantir políticas educacionais que extrapolam os limites da escola, que contemplem a educação em seus diversos elementos, sendo fundamental: instituir legalmente o lugar da formação nas Semes, concurso público para diminuir a rotatividade dos professores; garantia de ingresso e permanência dos professores em cursos de mestrado e doutorado; cumprimento da Lei 11.738/2008; garantia da formação em serviço; garantia do cargo de GFC com equipe própria; criação de condições adequadas de trabalho; condições de formação em serviço para profissionais da Educação Infantil e Anos Iniciais; e, ações de incentivo ao protagonismo dos professores.

Nossa pesquisa possibilita novas produções com outras traduções, pois novas leituras produzem novas óticas sempre passíveis de traduções (Ball; Mainardes 2011). Neste sentido, o estudo de outras vertentes pode contribuir com a discussão sobre as políticas educacionais no campo da formação continuada de professores.

**Palavras-chave:** Formação Continuada. Professores. Gestor de Formação. Políticas Educacionais.

## REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas**: atuação em escolas secundárias. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2017.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (orgs.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

NÓVOA, António. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: Educa, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/3703>. Acesso em: 04 ago. 2024.